



**EDITAL**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2024  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2024**

**CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS EM LINHAS AÉREAS  
REGULARES DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS**

**1. PREÂMBULO**

**1.1.** O Município de Igarassu, observadas as disposições previstas no artigo 74, caput, 79, III, Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, e pelas condições fixadas neste instrumento torna público que se encontra aberto o Edital de **Credenciamento, pelo prazo de 12 (doze) meses, das empresas de transporte aéreo regular, para fornecimento de passagens em linhas aéreas regulares domésticas e internacionais, para fins de transporte de servidores ou colaboradores eventuais em viagens a serviço, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, compreendendo a reserva, inclusive de assento, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso, conforme especificações e condições constantes deste documento.**

**1.2.** Serão habilitados todos os interessados que manifestarem interesse e atenderem às condições estabelecidas no presente Edital.

**1.3.** A partir da publicação do aviso no Diário Oficial do Município, o Edital de Credenciamento ficará permanentemente aberto a todos os interessados, durante **12 (doze) meses**, garantindo mais participações e menor preço.

**1.4.** A contratação das agências de viagens e/ou companhias aéreas interessadas que atenderem às condições estabelecidas para o credenciamento será efetuada de forma direta, em razão da inexigibilidade de licitação fundamentada no caput do Art. 74 da Lei nº 14.133/21.

**1.5.** A junção e análise das documentações dos credenciados se dará por meio de Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados para o presente chamamento público, podendo receber, a qualquer tempo, o requerimento de credenciamento (Anexo II) e os documentos de habilitação conforme as disposições previstas neste Edital.

**1.6.** O Edital e seus anexos estão disponíveis para solicitação no endereço eletrônico da Secretaria de Gestão Integrada para análise documental do presente chamamento: **[cpl4@igarassu.pe.gov.br](mailto:cpl4@igarassu.pe.gov.br)**, podendo ainda obter maiores informações através do telefone de contato: (81) 99142-7015.

**2. DO OBJETO**

**2.1.** O presente Edital tem por objeto o **Credenciamento, pelo prazo de 12 (doze) meses, das empresas de transporte aéreo regular, para fornecimento de passagens em linhas aéreas regulares domésticas e internacionais, para fins de transporte de servidores ou colaboradores eventuais em viagens a serviço, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta,**



compreendendo a reserva, inclusive de assento, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso, conforme especificações e condições constantes deste documento, conforme termos e condições estabelecidas neste instrumento.

### 3. DO VALOR MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total máximo para esta chamada pública é de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**.

#### 3.2. OS RECURSOS CORRERÃO POR CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**3.2.1** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das Dotações Orçamentárias consignadas na Lei orçamentária e de exercícios posteriores quando necessário.

### 4. DA VIGÊNCIA

**4.1.** O presente Edital de Credenciamento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data da publicação do extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Secretaria solicitante, desde que observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas legais pertinentes.

### 5. DA INSCRIÇÃO

**5.1.** As agências de viagens e/ou companhias aéreas interessadas deverão apresentar o **REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO** (Anexo II) e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (item 5), dirigidos à Secretaria de Gestão Integrada através do e-mail: [cpl4@igarassu.pe.gov.br](mailto:cpl4@igarassu.pe.gov.br) ou presencialmente na *Secretaria de Gestão Integrada*, localizada na Rua Dr.º José Elísio, nº 5, Praça da Bandeira, Centro, Igarassu/PE; nos dias úteis, no horário das 08h00 às 14h00.

**5.1.1.** O assunto do e-mail ou envelope deverá conter os seguintes dizeres:

**Assunto:** CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS EM LINHAS AÉREAS  
(EDITAL CHAMADA PÚBLICA 001/2024) – NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_.

### 6. CREDENCIAMENTO

**6.1** A Administração Pública Municipal deve providenciar transporte aéreo aos agentes públicos ou colaboradores que necessitem de deslocamento exclusivamente em serviço, quando comprovadamente necessário, para qualquer Estado da Federação e Distrito Federal, visando à execução de tarefas ligadas aos interesses da administração, à fiscalização, capacitação, participação em congressos, conferências, reuniões técnicas e demais demandas que se fizerem necessárias.

**6.2** A escolha pelo transporte aéreo justifica-se pelos ganhos relacionados ao tempo despendido, à segurança do passageiro e ao custo-benefício resultante desta modalidade de deslocamento.

**6.3** Considerando que até este momento as aquisições de passagens aéreas pela grande maioria dos entes públicos são realizadas por intermédio de agências de turismo, a Administração fará acompanhamento dos preços pagos pela aquisição direta junto às companhias ou agências de viagens credenciadas e os que seriam pagos mediante agências de turismo, fazendo análise comparativa da vantajosidade de um ou outro.



**6.4** Os benefícios diretos e indiretos esperados que resultarão do credenciamento são: Propiciar eficiência operacional e redução de custos com a aquisição de passagens aéreas, consolidando de forma efetiva a prevalência do critério de menor preço quando da compra das passagens, sendo certo que as passagens aéreas para determinado trecho, dia e hora, são exatamente os mesmos oferecidos tanto para o órgão público, como para as agências ou mesmo para o particular.

## **7. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**7.1** A pretensa contratação tem enquadramento na inexigibilidade de licitação e serão credenciadas todas as companhias aéreas e Agência de Viagens que tenham cobertura de voos distribuída no território nacional e internacional, verificado o atendimento às condições de habilitação previstas no Edital de Credenciamento.

**7.2** Pretende a Administração Pública Municipal fazer a contratação direta, mediante o procedimento de inexigibilidade de licitação, invocando como respaldo legal caput do Art. 74 da Lei nº 14.133/21

**7.3** **É fato que a venda de passagens aéreas não é comparável com outros objetos em que o preço é previamente negociável ou fixável, ou seja, não seria possível ofertar ou estabelecer previamente os preços dos bilhetes em uma licitação para entrega futura, tendo em vista que estes preços variam constantemente, a depender de variados fatores, como taxa de ocupação dos assentos, períodos de férias escolares ou feriados, etc.**

**7.4** Nas licitações para contratação de Agência de Viagens pela Administração não ocorre disputa de preço pelo bilhete aéreo, com a disputa ocorrendo sempre em função do preço do serviço de agenciamento. Pode-se então afirmar que não há licitação de bilhetes aéreos por parte da Administração, mas apenas dos serviços de agenciamento, não havendo concorrência quanto ao bilhete, que é, na verdade, o objeto que realmente se pretende contratar/adquirir.

**7.5** Assim, a partir do momento que a Administração passa a abrir mão do agenciamento, não há mais a viabilidade de competição, pois o serviço adquirido, de transporte de passageiros, pode ser prestado por apenas um fornecedor, qual seja, a companhia aérea ou agência de viagens que atende à necessidade da Administração para determinado trecho, em determinado horário.

**7.6** Não seria razoável exigir que o ente público realizasse licitação toda vez que necessite de comprar uma passagem aérea, não só pelo fato do prazo para todo o processo e dos custos envolvidos, bem como de que não se poderia prever que todas as companhias aéreas ou agências de viagens do país tivessem voos para a data, destino e horário de que necessita.

**7.7** Ademais, considerando que coexistirem diferentes companhias aéreas ou agências de viagens no Brasil, não é permitido efetuar todas as suas emissões exclusivamente com apenas uma delas, tendo a obrigação de consultar os demais voos disponíveis nas outras companhias ou agências, a fim de não incorrer em improbidade administrativa, considerando o princípio da indisponibilidade do interesse público, fato este que justifica o procedimento de CREDENCIAMENTO de todas as empresas interessadas, para escolher a de melhor condição no momento da demanda.

**7.8** O CREDENCIAMENTO das companhias aéreas ou agências de viagens para aquisição



de passagens representa à modernização, a transparência, a racionalização de processos administrativos, a desburocratização e o incremento de eficiência aos processos de trabalho, gerando benefícios inegavelmente imprescindíveis à gestão municipal, visto que o próprio servidor fará a aquisição dos bilhetes e pesquisará o melhor preço.

**7.9** Por tudo, conclui-se que não é possível definir com absoluta precisão os parâmetros para aquisição de uma passagem (valor, data do embarque, destino) em um edital de licitação, na modalidade escolhida, combinado com o fato de o mercado trabalhar com liberdade tarifária na comercialização das passagens, que implica constantes alterações de valores, para mais ou para menos, a depender das circunstâncias presentes à época da finalização das vendas de bilhetes que antecede os respectivos voos.

**7.10** Logo, essa lógica de comercialização não permite à Administração obter num certame licitatório os valores que efetivamente irá praticar na compra de passagens aéreas. Muito menos, teria condições, em face dessas circunstâncias, de fixar o preço previamente ao credenciamento.

**7.11** Cada demanda do Gabinete da Prefeita e outras secretarias que necessitem e justifiquem a necessidade legalmente amparada, possuirá características próprias, com variáveis relacionadas à antecedência entre a data do pedido e a data da viagem, ao horário de voo pretendido, ao aeroporto de origem e destino, à oferta e procura por determinado voo, em determinada data, para determinado horário, fenômenos da natureza e fatores supervenientes que interfiram no sucesso ou não de decolagem e pouso das aeronaves. Todas as situações retro mencionadas podem interferir no valor e na disponibilidade da oferta pelas empresas prestadoras de serviços aeroviários.

**7.12** Também, vale lembrar que existem fatores internos que interferem no valor e na oferta das passagens, e que tornam este mercado ímpar no que diz respeito à definição deste ou daquele prestador de serviços. Estratégias de venda e liquidez são fatores que fazem com que os preços e a disponibilidade de um bilhete para o mesmo trecho, na mesma data e mesmo horário, sejam diferentes a depender da Companhia Aérea e/ou Agência de Viagem que o ofereça.

## **8. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**8.1.** Será realizada pesquisa de preços, a cada demanda com viagem aérea e se escolherá a tarifa de menor preço dentre aquelas oferecidas pelas CREDENCIADAS para o atendimento específico da demanda requerida pela administração.

**8.2.** A CREDENCIADA deverá enviar para o ÓRGÃO BENEFICIÁRIO a(s) confirmação(ões) da(s) reserva(s) do(s) bilhete(s) e a(s) passagem(ns) aérea(s) eletronicamente emitida(s).

**8.3.** As passagens aéreas são pessoais, intransferíveis e destinadas exclusivamente ao transporte dos passageiros nelas identificadas.

**8.4.** Mediante disponibilidade e a critério da CREDENCIADA será permitida a antecipação gratuita de embarque para passageiros em voos nacionais, no mesmo dia e mantendo-se os mesmos aeroportos de origem e destino.

**8.5.** A emissão, remarcação ou cancelamento da passagem se dará mediante requisição emitida pelo ÓRGÃO BENEFICIÁRIO e encaminhada à CREDENCIADA por meio



eletrônico (site da companhia ou agência de viagem), ou por telefone.

- 8.6.** A reserva de passagem só será considerada confirmada para fins de emissão pela CREDENCIADA após a efetiva aprovação do Ordenador de Despesas do ÓRGÃO BENEFICIÁRIO.
- 8.7.** Qualquer falha ocorrida entre a aprovação do Ordenador de Despesa e a emissão do bilhete, que resulte na não efetivação da compra conforme reserva, será apurada e deverá ser justificada pela CREDENCIADA, se for o caso.
- 8.8.** A CREDENCIADA deverá fornecer, sempre que solicitado pela CREDENCIANTE ou pelo ÓRGÃO BENEFICIÁRIO, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens.
- 8.9.** A assinatura do Termo de Credenciamento não implicará em exclusividade na aquisição de trechos de viagem operados pela CREDENCIADA, podendo CREDENCIANTE e os ÓRGÃOS BENEFICIÁRIOS realizar aquisição com qualquer Companhia Aérea ou Agência de Viagem que detenha o melhor preço.
- 8.10.** Os serviços de cotação, reserva, inclusive de assento, emissão, remarcação e/ou cancelamento de passagens aéreas serão prestados eletronicamente pela CREDENCIADA, e deverão ser prestados de forma ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados.

## **9. DOS QUANTITATIVOS**

- 9.1.** Serão consultados os voos, preços, horários e eventuais conexões ou escalas praticadas por cada empresa CREDENCIADA, para a escolha do menor preço.
- 9.2.** Em virtude da liberdade tarifária presente no mercado de passagens aéreas, não haverá quantitativos fixos por companhia aérea ou agência de viagem, em face do procedimento de compra descrito no subitem anterior a ser utilizado pelo ÓRGÃO BENEFICIÁRIO.
- 9.3.** A escolha de qual CREDENCIADA prestará os serviços dependerá do resultado da consulta feita descritas acima, realizada a cada demanda existente, possibilitando que todas as companhias aéreas ou agências de viagens sejam contratadas, eis que, em cada demanda, uma nova busca será realizada, sendo escolhida aquela que ofertar o menor preço no momento da reserva.
- 9.4.** A quantidade máxima dos serviços a serem prestados para a Administração Pública Municipal é estimada, não sendo assegurado às empresas CREDENCIADAS o fornecimento de quantitativo mínimo de passagens aéreas.

## **10. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1.** O valor previsto para custeio de despesas com passagens aéreas em 2024 é de até **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, sendo distribuídos de acordo com os valores das passagens sob demandas e necessidades de cada secretaria.
- 10.2.** Pela sistemática utilizada pelas companhias aéreas ou agências de viagens, praticada no mercado e validada pela Lei 11.182/2005, que versa sobre a liberdade tarifária para estipulação de seus preços, não é cabível estabelecer previamente os valores a



serem praticados.

- 10.3. Desta forma, a prestação dos serviços pela CREDENCIADA dar-se-á somente nas hipóteses em que essa ofertar o menor preço nas pesquisas de voos, realizadas por meio de sistema de acesso, busca, reserva, emissão e gestão de passagens aéreas da CREDENCIANTE.**

## **11.DOS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA/EMISSION DE BILHETES**

- 11.1.** A CREDENCIANTE observará, como procedimento para a autorização de emissão de passagem, o horário, período de participação do servidor no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

- I - Escolha do voo prioritariamente em percursos de menor duração, emitindo-se, sempre que possível, trechos sem escalas e/ou conexões;
- II - Embarque e desembarque compreendidos no período entre sete e vinte e uma horas, salvo a inexistência de voos que atendam a estes horários;
- III - Horário do desembarque que anteceda em no mínimo três horas o início previsto dos trabalhos, evento ou missão;

- 11.2. A emissão da passagem deve recair sobre a de menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica.**

- 11.3.** O valor de cada bilhete será calculado com base na tarifa publicada no site da CREDENCIADA, no momento da reserva, e somado o valor de taxa de embarque.

- 11.4.** Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional à CREDENCIANTE e demais ÓRGÃOS BENEFICIÁRIOS que utilizarem os serviços objeto do Credenciamento.

## **12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 12.1.**A COMISSÃO somente aceitará participação de Companhia Aérea ou Agência de Viagem cujo objeto social, expresso no Estatuto ou Contrato Social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento.

**12.2.**Não poderão participar deste Credenciamento:

- a)** empresário ou sociedade empresarial suspensos temporariamente de participar de licitação da Prefeitura Municipal de Igarassu, conforme 14.133/21, durante o prazo da sanção aplicada;
- b)** empresário ou sociedade empresarial declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;





- c) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento;
- d) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- e) servidor público do Município de Igarassu.

### **13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 13.1.** O envio da proposta de solução, deverá ser acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, que deverão ser enviados de forma eletrônica ou presencial, na sede da Secretaria de Gestão Integrada, situada na Rua Dr. João Elísio, nº 05, Praça da Bandeira, Centro, Igarassu/PE.
- 13.2.** A análise de documentação relativa aos requisitos de habilitação será posterior à fase de julgamento das propostas e contemplará apenas os licitantes aprovados.
- 13.3.** O julgamento da habilitação se processará na forma prevista por este Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

### **14. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a. Termo de Compromisso (Anexo V);
- b. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado;
- c. Cópia legível do Contrato Social ou Certidão da Condição de Microempreendedor Individual ou Atos Constitutivos, juntamente com suas respectivas alterações;
- d. Cópia legível do RG e CPF do representante legal;
- e. Cópia legível de um comprovante de endereço da pessoa jurídica e do seu representante legal, datados recentemente;
- f. Cópia legível do comprovante bancário, conta corrente ativa específica para o recebimento do valor (cópia do cheque, cartão ou extrato);
- g. Certidão Negativa de débito Municipal do domicílio ou sede da pessoa jurídica;
- h. Certidão Negativa de Débito Fiscais Municipal
- i. Certidão Negativa de Débitos Fiscais com a Fazenda do Estado;
- j. Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- k. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- l. Certidão de Regularidade do FGTS;



- m.** Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (modelo no Anexo VII).
- n.** Declaração de inexistência de fatos supervenientes;
- o.** Declaração de inexistência de vínculo com a Prefeitura Municipal de Igarassu;
- p.** Declaração de inexistência de nepotismo.

## **15. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**15.1.** Certificado Empresa de Transporte Aéreo – ETA, emitido pela Gerência de Operações da Aviação Geral da ANAC, válido, nos termos do item 119.40 do RBAC nº 119; (*em caso de Companhia Aérea*)

**15.2.** Registro junto ao Ministério de Turismo; (*em caso de Agências de viagens*)

## **16. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**16.1.** A Qualificação Econômico-Financeira limitar-se-á a:

- 16.1.1. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 16.1.2. Para Licitantes com sede no Estado de Pernambuco, “**Certidão de Licitação**”, em instâncias de **1º e 2º graus**, que indique a inexistência de processos de falência ou concordata tramitando nos sistemas do Processo Judicial Eletrônico. Para as Licitantes com sede em outros Estados, havendo o PJE, deve ser apresentada documentação equivalente.

## **17. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

- 17.1.1. As Empresas de Transporte Aéreo Regular interessadas em participar do processo de credenciamento deverão apresentar a documentação descrita neste Edital, capeada por pedido de credenciamento em papel timbrado, assinado pelo Representante Legal da empresa, com os documentos sequencialmente numerados em suas respectivas folhas.
- 17.1.2. A documentação deverá ser apresentada em original ou por endereço eletrônico da Secretaria de Gestão Integrada: [cpl4@igarassu.pe.gov.br](mailto:cpl4@igarassu.pe.gov.br) ou presencialmente na *Secretaria de Gestão Integrada*, localizada na Rua Dr.º José Elísio, nº 5, Praça da Bandeira, Centro, Igarassu/PE; nos dias úteis, no horário das 08h00 às 14h00.
- 17.1.3. As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes da sua inscrição, de que atende a todos os requisitos para participar do credenciamento.
- 17.1.4. A apresentação da documentação implica manifestação do interessado em participar do processo de credenciamento com o Município de Igarassu, aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e em seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pela ANAC.





## **18.DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

- 18.1.** Os licitantes deverão enviar por e-mail ([cpl4@igarassu.pe.gov.br](mailto:cpl4@igarassu.pe.gov.br)) arquivos em PDF contendo toda a documentação referente ao *item da Habilitação Jurídica* digitalizadas com a devida identificação e assinaturas nas declarações.
- 18.2.** Todos os documentos expedidos pela pessoa jurídica deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 18.3.** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ e respectivo endereço. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.
- 18.4.** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.
- 18.5.** Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos que apenas configurem o seu requerimento.
- 18.6.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## **19. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

- 19.1.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;
- 19.2.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 19.3.** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 19.4.** Não permitir a utilização de trabalho de pessoa menor de idade, salvo na condição de menor aprendiz;
- 19.5.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 19.6.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência da CREDENCIANTE;
- 19.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 19.8.** Fornecer passagens aéreas, para quaisquer destinos servidos por suas linhas regulares de transporte aéreo nacional;
- 19.9.** Indicar um representante para soluções de problemas que possa surgir durante a vigência do Termo de Credenciamento, que será o elemento de contato entre a CREDENCIADA e a CREDENCIANTE ou ÓRGÃO BENEFICIÁRIO, fornecendo número de telefone, e endereço eletrônico (e-mail), se houver;
- 19.10.** Executar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas;
- 19.11.** Enviar todas as informações essenciais para a perfeita execução dos serviços, por meio de confirmações, que devem conter: aeroportos de embarque e desembarque, percurso, data, horário, escala(s) ou conexão(ões), se houver, nome do passageiro e demais informações necessárias para a realização de viagem;



- 19.12. Providenciar, a pedido do ÓRGÃO BENEFICIÁRIO, o cancelamento de bilhetes e fazer o devido reembolso de todos aqueles não utilizados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação do cancelamento;
- 19.13. Quando houver diminuição de custo para uma nova emissão ou não utilização de bilhete, emitir crédito a favor da CREDENCIANTE ou ÓRGÃO BENEFICIÁRIO, conforme o caso, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do recebimento da solicitação da modificação, nos mesmos moldes do reembolso oriundo de cancelamento de bilhetes;
- 19.14. Prestar todas as informações relacionadas ao status do(s) bilhete(s) para que seja feito o controle de pagamento e controle de reembolso dos valores relativos ao(s) trecho(s) não utilizado(s);
- 19.15. Entregar os serviços nos moldes descritos no Termo de Referência;
- 19.16. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas em vigor;
- 19.17. Manter, durante a vigência do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 19.18. Atender, no prazo de até **72 (setenta e duas) horas**, contadas a partir do dia seguinte da comunicação, a toda reclamação porventura ocorrida, prestando ao ÓRGÃO BENEFICIÁRIO ou a CREDENCIANTE, conforme o caso, os esclarecimentos e correções/adequações que se fizerem necessários;
- 19.19. Indenizar qualquer prejuízo ou reparar os danos causados, ao ÓRGÃO BENEFICIÁRIO, por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução ou ausência desta, com relação aos serviços;
- 19.20. Comunicar à CREDENCIANTE e ao ÓRGÃO BENEFICIÁRIO, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CREDENCIANTE e pelo ÓRGÃO BENEFICIÁRIO;
- 19.21. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto do Termo de Credenciamento, sem prévia autorização da CREDENCIANTE;
- 19.22. Responsabilizar-se pelo ônus oriundo de remarcação ou cancelamento de passagens, quando não for originada por solicitação ou falha na execução de responsabilidade da CREDENCIANTE ou do ÓRGÃO BENEFICIÁRIO;
- 19.23. Manter disponível sistema eletrônico (site na internet) a fim de viabilizar o acesso aos usuários da CREDENCIANTE, permitindo a consulta de voos e assentos disponíveis, preços de oferta, reserva, emissão, cancelamento e remarcação de bilhetes.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

- 20.1. Proporcionar todas as condições para que a CREDENCIADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência, do Termo de Credenciamento, do Edital e seus Anexos;
- 20.2. Designar, formalmente, servidor responsável pela fiscalização da execução dos serviços;
- 20.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- 20.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas do Termo de Credenciamento;
- 20.5. Pagar à CREDENCIADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma prevista no Termo de Credenciamento;
- 20.6. Solicitar formalmente à CREDENCIADA, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o reembolso do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a CREDENCIADA deverá fazer o reembolso em, no máximo 60 (sessenta) dias.



- 20.7.** Comunicar à CREDENCIADA sobre qualquer ocorrência de erro de cobrança que venha a identificar, formalmente e preferencialmente por escrito, para que a devida correção ocorra na fatura subsequente;
- 20.8.** Atestar as faturas emitidas para pagamento dos serviços prestados, após realizar rigorosa conferência dos serviços;
- 20.9.** Reter e recolher os valores relativos a tributos incidentes nos valores faturados e pagos em favor da CREDENCIADA, inclusive os devidos e incidentes sobre os valores de taxa de embarque, em cumprimento à legislação em vigor;
- 20.10.** Nos casos em que a Administração Pública Municipal não exercer o papel de substituto tributário, as retenções e recolhimentos serão de responsabilidade da CREDENCIADA.

## **21. DA VIGÊNCIA DA CHAMADA PÚBLICA**

- 21.1.** O credenciamento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios – AMUPE.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

- 22.1.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica através de solicitação via e-mail: **cpl4@igarassu.pe.gov.br**, até o penúltimo dia do prazo de credenciamento.
- 22.2.** Caberá a comissão, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.3.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.4.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório poderão ser enviados a qualquer tempo dentro do período de vigência deste edital, por meio eletrônico via internet, no seguinte endereço: **cpl4@igarassu.pe.gov.br**.
- 17.5.** A comissão responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 22.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, sendo verificado as possibilidades.
- 22.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão, nos autos do processo de licitação.

## **23. DOS RECURSOS**

- 23.1.** Os recursos poderão ser interpostos, por parte do interessado, a qualquer tempo **antes** da divulgação do primeiro lote credenciado, e no prazo de até **03 (três) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação do resultado da análise técnica da solução de cada lote de credenciamento, vedados pedidos genéricos de revisão;
- 23.2.** A comissão responderá aos recursos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

## **24. CRONOGRAMA:**

<b>Atividade</b>	<b>Prazo</b>	<b>Período</b>
<b>Inscrições (Credenciamento)</b>	<b>12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.</b>	<b>A contar da data de publicação no AMUPE</b>



<b>Análise das propostas</b>	<b>Até 3 dias úteis</b>	<b>Após a entrega das propostas</b>
<b>Habilitação / Divulgação dos resultados</b>	<b>5 dias úteis</b>	<b>Após aprovação da solução</b>
<b>Divulgação dos resultados</b>	<b>Semanalmente</b>	<b>Após a assinatura do termo de credenciamento</b>

## **25. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

- 25.1.** A fiscalização do Termo de Credenciamento será exercida pela Comissão Permanente de Licitação a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Credenciamento.
- 25.2.** O fiscal monitorará o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.
- 25.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante eleito pelo ÓRGÃO BENEFICIÁRIO deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

## **26. DO PAGAMENTO**

- 26.1.** Os pagamentos serão realizados por meio eletrônico.
- 26.2.** No pagamento por faturamento, do valor total devido deduzido os valores relativos a pagamento de tributos, na forma da legislação vigente.
- 26.3.** O pagamento à CREDENCIADA será efetuado a cada aquisição, nos prazos e condições disponíveis à época da aquisição, mediante a emissão de nota fiscal pela credenciada.
- 26.4.** A CREDENCIANTE fará a conferência dos serviços e valores faturados.
- 26.5.** Se constatar alguma cobrança indevida, a CREDENCIANTE comunicará à CREDENCIADA para que emita nova fatura ou carta de correção. Nessa situação, será estabelecido novo prazo para pagamento da fatura contado a partir do recebimento do documento corrigido.
- 26.6.** A devolução resultante do reembolso será formalizada por Nota de Crédito e o valor será glosado na fatura subsequente à confirmação da solicitação.
- 26.7.** Quando do encerramento do credenciamento ou eventual descredenciamento, na impossibilidade de reversão da totalidade dos valores advindos de cancelamentos e/ou alterações efetuados até a última fatura emitida, deverá reembolsar os respectivos montantes ao órgão ou entidade, mediante recolhimento por meio de Guia de Recolhimento do Município.
- 26.8.** As retenções e recolhimentos relativos a tributos e contribuições incidentes sobre as tarifas e taxa de embarque são de responsabilidade da CREDENCIANTE, observados os dispositivos legais e normativos vigentes relacionados à substituição tributária.
- 26.9.** No caso de erro no valor cobrado na fatura, a CREDENCIANTE fará a contestação do valor à operadora do meio de pagamento (Instituição Financeira), que tomará as providências necessárias para apuração e reembolso no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da contestação.
- 26.10.** A devolução resultante do reembolso, para o meio de pagamento eletrônico, ocorrerá com a dedução do valor na fatura subsequente à confirmação da solicitação.
- 26.11.** Todo valor de estorno ou reembolso será discriminado pela operadora do meio de pagamento eletrônico, informando a respectiva autorização da transação e o seu



número de chave.



**IGARASSU**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**Trabalho  
que faz  
História**

## **27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**27.1.** A apresentação de documentação falsa pelos interessados, quando de sua inscrição e durante todos os atos referentes a este credenciamento, acarretará na automática nulidade da inscrição, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação e neste instrumento, garantido a ampla defesa e o contraditório.

**27.2.** Os credenciados contratados ficarão sujeitos às penalidades abaixo, em conformidade com o estabelecido no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, *in verbis*:

**27.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**28. São partes integrantes e inseparáveis deste instrumento convocatório os seguintes anexos:**

- a. Anexo I – Modelo de Requerimento de Credenciamento;
- b. Anexo II – Modelo de Formulário de Inscrição;
- c. Anexo III – Modelo de Termo de Compromisso;
- d. Anexo IV – Modelo de Declaração que não emprega menor;
- e. Anexo V – Modelo de Termo de Responsabilidade.

**Igarassu, 29 de janeiro de 2024.**

**Ednaldo Bezerra de Souza Júnior**  
Chefe de Gabinete



**IGARASSU**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**#Trabalho  
que faz  
História**

**(Atenção: Retirar o timbrado da Prefeitura Municipal de Igarassu e inserir o da empresa solicitante do credenciamento)**

## ANEXO I

### REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À Secretaria de Gestão Integrada

À/ao órgão contratante (Gabinete da Prefeita)

Prezados Senhores,

Pelo presente, observando as condições e especificações estabelecidas no Edital da Chamada Pública nº. 001/2024 de Credenciamento de Agências de viagens e/ou Companhias Aéreas, apresento **Requerimento de Credenciamento** juntamente com todos os **Documentos de Habilitação** a fim de fornecer serviço de contratação de passagens em linhas aéreas regulares domésticas e internacionais de acordo com a necessidade do Gabinete da Prefeita e das Secretarias:

NOME DA EMPRESA:

NOME DO REPRESENTANTE EXCLUSIVO / Nº. do CNPJ (no caso de empresário):

**Declaro, ainda, ciência e que atendo a todas as exigências elencadas no referido edital e que concordo com todas as suas condições e anexos.**

Igarassu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

**NOME DA EMPRESA**

CNPJ nº.





**IGARASSU**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**#Trabalho  
que faz  
História**

**(Atenção: Retirar o timbrado da Prefeitura Municipal de Igarassu e inserir o da empresa solicitante do credenciamento)**

## ANEXO II

### **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS EM LINHAS AÉREAS REGULARES DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS**

#### **FICHA DE INSCRIÇÃO**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Telefones 01: \_\_\_\_\_ Telefone 02: \_\_\_\_\_ Whatsapp: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Conta Corrente nº.: \_\_\_\_\_ Agência nº.: \_\_\_\_\_

Igarassu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**NOME DA EMPRESA**

**CNPJ nº.**



**IGARASSU**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**Trabalho  
que faz  
História**

(Atenção: Retirar o timbrado da Prefeitura Municipal de Igarassu e inserir o da empresa solicitante do credenciamento)

### ANEXO III

## CRENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS EM LINHAS AÉREAS REGULARES DOMÉSTICAS E INTERNACIONAIS

### TERMO DE COMPROMISSO

A / Eu \_\_\_\_\_,  
sediada / residente \_\_\_\_\_,  
inscrito(a) no CNPJ / CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **COMPROMITENTE** e o **MUNICÍPIO DE IGARASSU**, com sede à Praça da Bandeira, s/n, Centro, Igarassu/PE, doravante denominado **COMPROMISSADO**, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO e outras avenças, para ser atendido no caso de ser por meio do Edital da Chamada Pública nº. 001/2024 de Credenciamento de Agências de viagens e Companhias Aéreas.

Na hipótese de contratação, a COMPROMITENTE se obriga a cumprir o seguinte:

- I. Fornecer toda documentação exigida no Edital nº. 001/2024 de Credenciamento;
- II. Manter durante a vigência do Credenciamento as condições de habilitação e, em especial, a regularidade fiscal exigidas no referido Edital;
- III. Fornecer todos os documentos ou esclarecimentos necessários, quando solicitados pela compromissada.

Igarassu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**NOME DA EMPRESA**

CNPJ nº.



**IGARASSU**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**#Trabalho  
que faz  
História**

**(Atenção: Retirar o timbrado da Prefeitura Municipal de Igarassu e inserir o da empresa solicitante do credenciamento)**

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A / Eu \_\_\_\_\_,  
sediada / residente \_\_\_\_\_,  
inscrito(a) no CNPJ / CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA(O) que não emprega(o)  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega(o) menor de dezesseis  
anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Igarassu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**NOME DA EMPRESA**

CNPJ nº.



**IGARASSU**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**#Trabalho  
que faz  
História**

**(Atenção: Retirar o timbrado da Prefeitura Municipal de Igarassu e inserir o da empresa solicitante do credenciamento)**

## ANEXO V

### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu \_\_\_\_\_,  
(NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR) portador do RG nº. \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, responsável legal pelo(a) menor \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_ (CASO POSSUA) e no RG nº. \_\_\_\_\_ (CASO  
POSSUA), nascido em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, autorizo o mesmo a participar da  
apresentação do(a) \_\_\_\_\_ (NOME DA ATRAÇÃO PELA  
QUAL O MENOR SE APRESENTA), perante o Edital de Credenciamento nº 001/2024.

Igarassu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**NOME DA EMPRESA**  
CNPJ nº.